

# Rede estadual de Educação em GREVE

Em assembleia realizada em 8 de agosto, na ACM, os profissionais de educação da rede estadual decidiram entrar em greve. A decisão da categoria foi tomada em virtude da continuação dos ataques do governo Cabral à educação e ao não atendimento das reivindicações da categoria.

Mobilizada desde o início da campanha salarial, em fevereiro, a rede se uniu à luta da população nos protestos realizados em junho, exigindo o fim da corrupção, dos gastos com os megaeventos e mais verbas para a Educação e Saúde.

Em junho, o governador Cabral vetou a emenda do Sepe incluída no Decreto 2.200 (do reajuste salarial de 8% aprovado pela Alerj), que determinava uma escola para cada matrícula dos professores das escolas estaduais. No final de julho, em mais uma demonstra-

ção de arrogância e desrespeito ao clamor das ruas, o secretário de educação Wilson Risolia enviou para o Conselho Estadual de Educação (CEE) uma proposta de resolução que visava reduzir em 20% as aulas presenciais para os alunos. O Sepe e a categoria se mobilizaram e pressionaram o CEE, obrigando Cabral e Risolia a recuarem.

Em agosto, os profissionais retornaram do recesso com desconto nos contracheques, em uma retaliação à nossa campanha salarial, comprovando a intransigência da Secretaria. Além disso, não houve a audiência com o secretário Risolia, em julho, como estava acordado na mesa de mediação instalada no Tribunal de Justiça do Rio.

Por isso, chegou a hora de dar um basta a tanto descaso e tantas provocações. A greve

e a campanha Fora Cabral, aprovada pela assembleia da rede estadual, são uma resposta dos profissionais da rede estadual. A próxima assembleia da rede estadual, que discutirá os rumos da greve, está marcada para a quarta-feira (14/08), às 14h (local a confirmar).

## O QUE A REDE ESTADUAL REIVINDICA:

- 1) Reajuste de 28%;
- 2) Derrubada do veto ao Projeto de Lei que garante uma matrícula de professor em apenas uma escola;
- 3) 30 horas semanais para funcionários;
- 4) eleição para diretor;
- 5) fim do plano de metas e do programa de Certificação;
- 6) regularização dos animadores culturais;

**AO FECHARMOS ESTA EDIÇÃO, A SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO ENTROU EM CONTATO COM A COORDENAÇÃO DO SEPE E CHAMOU O SINDICATO PARA UMA REUNIÃO PARA DISCUTIR NOSSAS REIVINDICAÇÕES. A REUNIÃO SERÁ SEGUNDA-FEIRA, DIA 12, NO PALÁCIO GUANABARA, COM O VICE-GOVERNADOR PEZÃO E COM O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO.**

# Esclarecimentos sobre o direito de greve

Com relação à decisão dos profissionais das escolas estaduais de entrada em greve por tempo indeterminado, publicamos um esclarecimento preparado pelo nosso Departamento Jurídico sobre o direito de greve e como o sindicato está se preparando para garantir, na Justiça, que o governo do estado não puna a categoria pelo exercício deste direito fundamental garantido aos trabalhadores pela Constituição Federal.

## 1) A GREVE É LEGAL?

Greve é um direito constitucional onde a ilegalidade de seu exercício apenas ocorre quando declarada pelo Poder Judiciário.

## 2) ESTAMOS RESPALDADOS?

Em razão da falta de regulamentação do direito de greve para os servidores públicos, o Poder Judiciário tem utilizado a Lei de Greve do regime privado - Lei nº 7783/89 – onde,

preenchidos os requisitos que ela dispõe, tende a ser declarada legal, na falta de abuso no exercício deste direito.

## 3) CUMPRIREMOS O PRAZO DE 48 HORAS?

O prazo de 48 horas ou 72 horas para as atividades essenciais do serviço público, que se refere à notificação prévia da Administração Pública a respeito da paralisação, foi devidamente cumprido pelo Sepe;

## 4) HAVERÁ CORTE DE PONTO?

Não é legítima a punição imediata do servidor, quando justas e respaldadas as reivindicações; poderá ser avaliado pelo Judiciário o fim dos descontos assim como o afastamento das retaliações. O Departamento Jurídico do Sepe está, neste momento, envidando esforços na realização da ação judicial preventiva contra os descontos.

## Rede municipal também entrou em greve

Mobilizada como há anos não se via e em luta contra a política salarial e pedagógica do prefeito Eduardo Paes e da secretária de Educação, Cláudia Costin, os profissionais das escolas municipais do Rio decidiram entrar em greve no dia 8 de agosto. Cansada de ver a farra da verba pública que o prefeito Paes promove através dos contratos e parcerias com as fundações privadas, desviando mais de 1 bilhão da verba do FUNDEB.

Com profissionais como

merendeiras e AAC recebendo piso abaixo do salário mínimo e professores com salários defasados; vivenciando agruras decorrentes do ataque a autonomia pedagógica, das péssimas condições de trabalho, da perda da lotação, de uma aprovação automática disfarçada, do assédio moral e da política meritocrática implementada pelo governo Paes nos últimos anos. A resposta dos profissionais é GREVE! Através da greve e da mobilização a categoria luta para

conquistar mais respeito e valorização!

### VEJA O QUE A REDE MUNICIPAL DO RIO ESTÁ REIVINDICANDO:

- 1 – REAJUSTE DE 19%;
- 2 – PLANO DE CARREIRA UNIFICADO;
- 3 – 1/3 DA CARGA HORÁRIA PARA PLANEJAMENTO;
- 4 – FIM DA MERITOCRACIA;